

Em entrevista ao Jornal Ceres, José Roberto Rodrigues Peres, Diretor-Superintendente da Fundação, fala sobre como funciona a Gestão Baseada em Risco (GBR), na Ceres

A Ceres atua em nome dos participantes, patrocinadores e instituidores na administração dos recursos e dos benefícios previstos nos planos de previdência. Ao longo dos últimos anos, a Fundação desenvolveu metodologias de avaliação de riscos para proteger os planos de qualquer tipo de descontinuidade que possa inviabilizar o cumprimento da sua missão: o pagamento dos benefícios. Uma das medidas adotadas pela entidade foi a implantação do projeto de Gestão Baseada em Risco (GBR). Em entrevista ao Jornal Ceres, José Roberto Rodrigues Peres, Diretor-Superintendente da Fundação, fala sobre como funciona esse processo.

No que consiste a Gestão Baseada em Risco?

A Gestão Baseada em Risco propõe identificar, mensurar e monitorar os principais riscos da Ceres e desenvolver ações para reduzi-los. Parte desse processo consiste em traçar quaisquer cenários que com prometam o pagamento dos benefícios, projetar e estimar o que pode acontecer com a Ceres em situações adversas e revisar os processos, a fim de identificar eventuais falhas de gestão. A GBR está fundamentada no princípio de que a garantia da perpetuidade da instituição depende da sua capacidade de antever os eventos adversos e preparar-se para suas ocorrências.

Como a Ceres faz a sua GBR?

O processo de Gestão de Riscos e Controles da Ceres está suportado por um fluxo de atividades a serem desempenhadas por todos os setores da Fundação. A Ceres determina que todos os gestores devem pensar sobre os riscos inerentes às suas atividades. Cada gestor é responsável pela administração dos riscos associados às atividades sob sua responsabilidade.

O trabalho consiste na compreensão dos riscos envolvidos nas operações por parte das pessoas responsáveis pelos processos, atividades e tarefas a elas inerentes, fornecendo informações para que a administração decida se os riscos precisam ser tratados, quais serão as estratégias de tratamento mais adequadas e econômicas. Acreditamos que esse formato de atuação contribui com o desenvolvimento e capacitação sistemática dos profissionais na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos naturalmente associados às atividades de administração de planos de benefícios.

Em que patamar estão os riscos na Ceres?

O primeiro ciclo de avaliação foi realizado em 2014. Em 2018 realizamos o segundo ciclo de avaliação onde, além de aplicarmos pontos de controle implementamos melhorias nos processos. Ao compararmos o resultado dos dois ciclos observamos uma redução de 32% no déficit de controle.

Atualmente, estamos nos preparando para o terceiro ciclo de avaliação. Fizemos a revisão do nosso Dicionário de Riscos e Métricas, estabelecemos critérios orientadores para avaliação do impacto e a revisão da avaliação de riscos associados a 25 processos. Os próximos passos envolvem a elaboração da matriz de riscos e controles, que possibilitará a identificação dos principais “gaps” entre exposição aceitável e a situação real da Ceres.

Os riscos estão em níveis aceitáveis pelo órgão fiscalizador?

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc tem um programa de supervisão permanente cujo objetivo principal é o acompanhamento constante dos Fundos de Pensão e dos planos por eles administrados. Em um trabalho conjunto com a Previc, a Ceres trabalha na melhoria contínua da governança e dos controles internos. Vimos atendendo todas as solicitações e cumprindo todas as obrigações junto ao órgão fiscalizador, sobretudo no que se refere aos riscos de falha humana e risco conjuntural. Essa parceria é importante na medida em

que identifica fatores que prejudicam ou poderão vir a prejudicar o cumprimento do contrato previdenciário, consequentemente o pagamento dos benefícios, além de identificar se a Fundação está cumprindo a legislação.

Fonte: Jornal Ceres, edição 215, em 20.11.2020